

A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros						A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros							
Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%	Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%
54	Distribuição de Material Pedagógico para Professores - MCB	Nº de professores contemplados	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 0 0 0%	4	Lançamento de cd em abertura noturna	Evento realizado	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 1 0 1 100%
55	Material Pedagógico para Professores - MCB no Educativo On-line	Nº de material disponibilizado	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 0 0 0%	5	Instalação de WIFI Free em todo o Museu	seis aparelhos instalados em todo o museu.	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 6 0 6 100%
56	Impressão e distribuição de material pedagógico - Jogo Metrôpole	Nº de professores contemplados	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 0 0 0%	6	Troca da Central Analógica para Digital.	Central Digital com capacidade de sessenta ramais analógicos quatro digitais.	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 1 0 1 100%
Ações Extras Realizadas													
1	Outras atividades: Conversa com Designers	Encontros realizados	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 0 0 100%	7	Cinema e atividades ao ar livre	Evento realizado	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 2 2 100%
2	Outras atividades: Arraial no Museu - 2ª edição	Evento realizado	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 0 1 100%	8	Premiações diversas apoiadas pelo MCB	Evento realizado	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 1 1 100%
3	Programação Design Weekend	Evento realizado	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 0 1 100%	9	Programação musical noturna	Evento realizado	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 0 2 100%
							10	Implantação do CRM Microsoft Dynamics para gestão dos clientes MCB	Sistemas Implantados	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL ICM %			0 0 0 1 1 100%

ANEXO 27 - ÁREA ESTADUAL - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS
Contratante: Secretaria de Estado da Cultura. **Contratada:** A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros. **Entidade Gerenciada:** Museu da Casa Brasileira. **CNPJ Filial:** 03.031.145/0002-29. **Endereço e CEP:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 2705, CEP 01451-000. **Responsável(is) pela Organização Social:** Renata Cunha Bueno Mellão. **CPF:** 524.062.108-04. **Objeto do Contrato de Gestão:** O presente **Contrato de Gestão** tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela **Contratada**, das atividades e serviços na área de Museologia no Museu da Casa Brasileira.

EXERCÍCIO: 2014 - ORIGEM DOS RECURSOS (1) VERBA ESTADUAL

Documento	Data	Vigência	Valor - R\$
Contrato De Gestão Nº 002/12	2/5/2012	Até 30/11/2016	31.660.000,00
Aditamento Nº1	2/1/2013		500.000,00
Aditamento Nº2	24/9/2013		680.000,00
Aditamento Nº3	11/12/2013		1.060.000,00
Aditamento Nº4	26/9/2014		585.000,00
Total			34.485.000,00

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO

Data Prevista Repasse (2)	Valores Previstos (R\$)	Data do Repasse	Número do Documento de Crédito	Valores Repassados (R\$)
Até 20/02/2014	3.024.000,00	5/2/2014	120001000012014ob00391	3.024.000,00
Até 20/05/2014	1.512.000,00	21/5/2014	120001000012014ob01386	1.512.000,00
Até 20/08/2014	1.512.000,00	20/8/2014	120001000012014ob02185	1.512.000,00
Até 30/09/2014	585.000,00	29/9/2014	120001000012014ob02503	585.000,00
Até 20/11/2014	1.512.000,00	20/11/2014	120001000012014ob02962	1.512.000,00

(A) Saldo Do Exercício Anterior
 (B) Repasses Públicos No Exercício
 (C) Receitas Com Aplicações Financeiras Dos Repasses Públicos
 (D) Outras Receitas Decorrentes Da Execução Do Ajuste (3)
 (E) Total De Recursos Públicos (A+B+C+D)
 (F) Recursos Próprios Da Organização Não Governamental
 (G) Total De Recursos Disponíveis No Exercício (E+F)

(1) Verba: Federal, Estadual ou Municipal, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso; (2) Incluir valores previstos no exercício anterior e repassados neste exercício; (3) Receitas com estacionamento, alugueis, entre outras. O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/2014 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

ANEXO 27 - ÁREA ESTADUAL - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS

Demonstrativo das Despesas Incorridas no Exercício

Origem dos Recursos: Estadual (4)

Categoria ou Finalidade da Despesa	Despesas Contabilizadas Neste Exercício (R\$)	Despesas Contabilizadas em Exercícios Anteriores e Pagas Neste Exercício (R\$) (H)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício e Pagas Neste Exercício (R\$) (I)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício a Pagar em Exercícios Seguintes (R\$)
Recursos humanos (5)	3.910.532,41	117.509,70	3.865.813,18	1.998,26
Recursos humanos (6)	45.500,00	0,00	45.500,00	-
Prestadores de serviços	951.651,77	60.406,35	877.527,88	72.505,30
Custos Administrativos	426.464,64	17.020,06	404.809,21	9.419,68
Programa de Edificações: Conservação, Manutenção e Segurança	239.765,50	8.222,63	171.944,60	58.263,77
Programa de Acervo: Conservação, Documentação e Pesquisa	74.527,38	3.156,20	71.144,78	3.268,60
Programa de Exposições e Programação Cultural	2.211.108,24	59.889,12	2.199.821,27	28.269,48
Programa de Serviço Educativo e Projetos Especiais	142.237,48	949,90	142.127,16	51,32
Programa de Ações de Apoio ao SISEM-SP	57.319,70	705,06	56.815,52	479,38
Programa de Comunicação	208.842,62	13.266,24	221.143,06	6.262,26
Aquisições de Bens Permanentes (Exceto Depreciação e Amortização) (8)	60.486,20	0,00	55.288,34	5.197,86
TOTAL	8.328.435,94	281.125,26	8.111.935,00	185.715,91

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso; (5) Salários, encargos e benefícios; (6) Autônomos e pessoa jurídica; (8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

ANEXO 27 - ÁREA ESTADUAL - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS

Demonstrativo do Saldo Financeiro do Exercício

(G) Total de Recursos Disponível no Exercício	11.653.071,36
(J) Despesas Pagas no Exercício (H+I)	8.393.060,26
(K) Recurso Público não Aplicado [E - (J - F)]	3.260.011,10
(L) Valor Devolvido ao Órgão Público	-
(M) Valor Autorizado para Aplicação no Exercício Seguinte (K - L)	3.260.011,10

Composição do saldo conforme ativo circulante do balancete de 31/12/2014

Valores em Reais Total	3.260.011,10
Caixas - Sub Total	551,14
Contas Correntes - Sub Total	4.950,66
Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11000-0 - Sec	351,43
Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11001-9 - Fundo de Contingência	13,66

Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11002-7 - Captação de Recursos 704,72
 Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11003-5 - Fundo de Reserva 439,78
 Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11008-6 - Fundo de Treinamento 1.675,91
 Banco Itaú-Ag 0445 c.c. 36556-2 - Captação de Recursos 1.765,16
Investimentos - Sub Total 3.254.509,30

Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11000-0 - Sec 868.133,55
 Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11001-9 - Fundo de Contingência 879.614,23
 Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11002-7 - Captação de Recursos 815.016,72
 Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11003-5 - Fundo de Reserva 687.675,12
 Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11008-6 - Fundo de Treinamento 4.069,68
 Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público contratante.

Local e data: São Paulo 30/01/2015. **Responsáveis pela Entidade Gerenciada e pela Organização Social:** (nome, cargo e assinatura) **Renata Cunha Bueno Mellão** - Diretora Presidente. **Marco Antonio Leonardo Alves** - Diretor Administrativo Financeiro. **Miriam Lerner** - Diretora Geral. **Rogério Gerlah Paganatto** - CRC nº 1SP131.987/03.

ANEXO 27 - ÁREA ESTADUAL - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS

Contratante: Secretaria de Estado da Cultura. **Contratada:** A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros. **Entidade Gerenciada:** Museu da Casa Brasileira. **CNPJ Filial:** 03.031.145/0002-29. **Endereço e CEP:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 2705, CEP 01451-000. **Responsável (is) pela Organização Social:** Renata Cunha Bueno Mellão. **CPF:** 524.062.108-04. **Objeto do Contrato de Gestão:** O presente **Contrato de Gestão** tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela **Contratada**, das atividades e serviços na área de Museologia no Museu da Casa Brasileira.

EXERCÍCIO: 2014 - ORIGEM DOS RECURSOS (1) VERBA FEDERAL

Edital Modernização de Museus Microprojetos 2012

Documento	Data	Vigência	Valor - R\$
Edital Ibram - 07/12	10/6/2014	27/2/2015	50.000,00

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO

Data Prevista Repasse (2)	Valores Previstos (R\$)	Data do Repasse	Número do Documento de Crédito	Valores Repassados (R\$)
10/6/2014	50.000,00	10/6/2014	423002422072014OB800732	50.000,00

(A) Saldo do Exercício Anterior
 (B) Repasses Públicos no Exercício
 (C) Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos
 (D) Outras Receitas Decorrentes da Execução do Ajuste (3)
 (E) Total de Recursos Públicos (A+B+C+D)
 (F) Recursos Próprios da Organização não Governamental
 (G) Total de Recursos Disponíveis no Exercício (E+F)

(1) Verba: Federal, Estadual ou Municipal, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso; (2) Incluir valores previstos no exercício anterior e repassados neste exercício; (3) Receitas com estacionamento, alugueis, entre outras. O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/2014 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

ANEXO 27 - ÁREA ESTADUAL - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS

Demonstrativo das Despesas Incorridas no Exercício

Origem Dos Recursos: Federal

Categoria ou Finalidade da Despesa	Despesas Contabilizadas Neste Exercício (R\$)	Despesas Contabilizadas em Exercícios Anteriores e Pagas Neste Exercício (R\$) (H)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício e Pagas Neste Exercício (R\$) (I)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício a Pagar em Exercícios Seguintes (R\$)
Programa de Edificações: Conservação, Manutenção e Segurança	22.839,26	-	23.020,43	-
Aquisições de Bens Permanentes (Exceto Depreciação e Amortização) (8)	25.090,00	-	25.090,00	-
TOTAL	47.929,26	-	48.110,43	-

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso; (8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes. (*) Apenas para entidades da área da Saúde.

ANEXO 27 - ÁREA ESTADUAL - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS

Demonstrativo do Saldo Financeiro do Exercício

(G) Total de Recursos Disponível no Exercício	51.640,22
(J) Despesas Pagas no Exercício (H+I)	48.110,43
(K) Recurso Público não Aplicado [E - (J - F)]	3.529,79
(L) Valor Devolvido ao Órgão Público	-
(M) Valor Autorizado para Aplicação no Exercício Seguinte (K - L)	3.529,79

Composição do saldo conforme ativo circulante do balancete de 31/12/2014

Valores em Reais Total	3.529,79
Contas Correntes - Sub Total	3.529,79
Banco do Brasil- Ag 6941-8 c.c. 11022-1 - Edital Moder. de Museus	3.529,79
Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público contratante.	

Local e data: São Paulo 30/01/2015. **Responsáveis pela Entidade Gerenciada e pela Organização Social:** (nome, cargo e assinatura) **Renata Cunha Bueno Mellão** - Diretora Presidente. **Marco Antonio Leonardo Alves** - Diretor Administrativo Financeiro. **Miriam Lerner** - Diretora Geral. **Rogério Gerlah Paganatto** - CRC nº 1SP131.987/03.

rec:7841265
 BARREIRO ANODIZAÇÃO DE ALUMÍNIO LTDA EPP EPP, torna público que requereu na CETESB a Licença Prévia e de Instalação, para indústria de anodização de alumínio, sito à RUA CAMPO DAS PITANGUEIRAS, 226 São Paulo/SP.

rec:7841266
 ADELINO MARINHO DA SILVA - ME ME, torna público que Requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para atividade de : FUNDIÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS E SUAS LIGAS., sito à Rua Verginio Dallafini nº 93 Brcao C - Estancia Jockey Club São José do Rio Preto/SP.

rec:7841267
 INSTANTSHOP INDUSTRIA E COMERCIO DE DISPLAY E EQUIPAMENTOS PARA VAREJO LTDA., torna público que requereu junto a CETESB a RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, exercendo a atividade de fabricação de artefatos diversos de madeira, exclusiva móvel para instalação comercial, sito à Av. Dep. Dante Delmanto, 2237- Vila Paulista Botucatu/SP.

rec:7841269
 BRASIL MIX CONCRETO LTDA., torna público que solicitou na CETESB a Licença de Operação, para Preparo de massa de concreto e argamassa para construção, sito à AVENIDA MINISTRO MARCOS FREIRE, S/N, QUADRA 19 LOTE 20, BALN. MIRIM III, PRAIA GRANDE/SP.

rec:7841270
 ARAGRAN IND. E COM. DE MARMORES E GRANITOS LTDA ME, torna público que Recebeu da CETESB a Lic. Previa nº 65000244 e solicitou a Lic. de Instalação p/ fins ind. (Produtos de Marmoraria), sito à Rua Waldemar Boldrin nº 533 - Jd. Alto das Araras Araras/SP.

rec:7841271
 CAMILA SANCHES CORTES EIRELI ME, torna público que REQUEREU NA CETESB A LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PESCADO (PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS), sito à RODOVIA DOS BARREIROS S/Nº KM 65+500 ZONA RURAL ILHA SOLTEIRA/SP.

rec:7841272
 UNIVAR BRASIL LTDA. LTDA., torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para o comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, sito à Rua Arinos, 15 - Parque Industrial Agua Vermelha Osasco/SP.

rec:7841274
 INDUSTRIA GRAFICA INFORPRESS LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Simplificada Nº 16000338, válida até 06/02/2019, para fabricação de Formulários contínuos impressos ou não, sito à RUA ANTONIO DA FONSECA MARTINS, 431, 433 E 435, SÃO JOSÉ, SÃO CAETANO DO SUL/SP.

rec:7841275
 MARCOPLAST LIM IND E COM IMPORT E EXPORT DE SUPORTES E EMBALAGENS PLASTICAS LTDA. - EPP, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação 42004830, válida até 04/02/2019, para a Fabricação de Material Plástico para mesa, copa, cozinha e outros usos., sito à Av. Sargento Pessoto, nº 762 - Vila Camargo - CEP 13.486-083 Limeira/SP.

A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

continuação

10. Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembléia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

	2014	2013
PRONAC 13 4085 Coleção Patrimônio Paulista (Nota 15(b)) Explicativa nº 15 e)	-	131.175
IBRAM - Projeto Controle Climático das Salas do MCB (Nota 15(c))	22.701	-
	<u>22.701</u>	<u>131.175</u>

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 32 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do art. 18, com redação dada pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

	2014	2013
12. Despesas com Pessoal		
Salários	2.106.553	1.896.708
Encargos sociais	857.640	795.100
Benefícios	437.859	388.359
Férias	297.050	304.370
Décimo terceiro salário	187.753	173.974
Outros	23.677	28.271
	<u>3.910.532</u>	<u>3.586.782</u>

	2014	2013
13. Despesas com prestadores de serviços		
Vigilância e segurança	446.405	374.383
Limpeza e higiene	181.293	159.751
Assessoria contábil e jurídica	156.866	123.760
Portaria	47.082	42.972
Informática	28.509	36.557
Outros	91.497	80.090
	<u>951.652</u>	<u>817.513</u>

	2014	2013
14. Programa de exposições e programação Cultural		
Locação de equipamento	192.489	277.303
Trabalho voluntários	184.180	216.980
Equipe de montagem e desmontagem	171.318	287.860
Catálogo de impressão	163.489	35.539
Vigilância	115.933	42.406
Coordenação de produção	101.647	63.792
Produção Geral	97.285	31.500
Autonomos	92.920	139.084
Sonorização	92.290	119.280
Alimentação	83.460	57.027
Transporte	70.462	69.088
Documentação fotográfica	68.254	360.176
Cessão de Imagem	64.380	-
Comunicação visual	59.150	131.987
Projeto cenográfico	54.500	16.097
Documentação em vídeo	48.960	5.800
Coordenação executiva	45.500	45.500
Limpeza	44.917	28.999
Elétrica	28.085	23.430
Tradução/Legenda	26.690	680
Direitos Autorais	22.500	-
Cachê artístico	17.000	52.250
Curadoria	14.000	-
Redação e revisão de texto	11.265	103.234
Seguros	9.942	1.175
Maquete física/virtual	9.350	57.000
Passagens aéreas	4.321	1.471
Projeto gráfico	-	58.500
Projeto de montagem	-	42.380
Encadernação - Coleção Patrimônio Paulista	-	131.175
Outras despesas	362.321	226.797
	<u>2.256.608</u>	<u>2.626.510</u>

15. Despesas operacionais – (atividades culturais): Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.b, os recursos recebidos dos projetos vinculados são empregados na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2014, os recursos empenhados estão apresentados da seguinte forma:

	2014	2013
Contrato de gestão -02/2012 (a)	8.329.226	8.215.405
PRONAC 13 4085 Coleção Patrimônio Paulista (b)	-	131.175
IBRAM - Projeto Controle Climático das Salas do MCB (c)	22.701	-
	<u>8.351.927</u>	<u>8.346.580</u>

Renata Cunha Bueno Mellão - Diretora Presidente

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da **A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros** - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

a) Contrato de Gestão – 02/2012 - Em 2 de maio de 2012, a Associação firmou Contrato de Gestão de nº 02/2012 com o Governo do Estado de São Paulo, pelo período de 55 meses, ou seja, até 30 de novembro de 2016, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, a Associação irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Museu da Casa Brasileira. No mês de janeiro de 2013, foi celebrado o 1º (primeiro) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$500.000. No mês de setembro de 2013, foi celebrado o 2º (segundo) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$680.000. No mês de dezembro de 2013, foi celebrado o 3º (terceiro) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 1.060.000. No mês de setembro de 2014, foi celebrado o 4º (quarto) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 585.000. Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, a Associação receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 34.485.000 que será recebida da seguinte forma:

	2014	2013
Exercícios		
2012 (maio/dez)	4.440.000	
2013	7.430.000	
2014	8.145.000	
2015	7.000.000	
2016	7.470.000	
	<u>34.485.000</u>	

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também mantém as seguintes fontes de recursos: (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias; (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos; (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros: A seguir apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público:

	2014	2013
Receitas do contrato de gestão (créditos do Poder Público)	6.819.901	7.144.591
Eventos e locação de espaço	731.512	453.763
Trabalhos Voluntários	184.180	262.508
Taxas de inscrições para concursos	76.418	77.815
Bilheteria	15.508	19.991
Outras receitas	135.346	64.784
Total	<u>7.962.865</u>	<u>8.023.452</u>

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados. Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2013 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 20 de maio, 01 de setembro e 18 de novembro de 2014, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviado em fevereiro de 2015. Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. **b) Lei Rouanet – PRONAC 134085- Impressão dos volumes III e IV da coleção - Patrimônio Paulista.** O projeto visou a impressão dos volumes III e IV da coleção patrimônio paulista, que reuniu todos os bens tombados pelo condephaat no estado de São Paulo até 2010, ajudando a compreender e preservar as histórias do estado e do país. A impressão dos livros foi o único produto a resultar desta solicitação, sendo que o projeto na íntegra também incluiu pesquisa e apresentação de uma exposição na Associação, e a disponibilização para pesquisadores e uso institucional das fotos que foram sendo feitas dos bens tombados. **c) IBRAM - Projeto Controle Climático das Salas do MCB** - O projeto visa a instalação de um sistema de condicionamento de ar nas duas salas do MCB que apresentam maior risco ao acervo, são elas: a sala de exposições do acervo Crespil-Pardo e a sala que abriga o Centro de Documentação e Pesquisa do Museu da Casa Brasileira. Parte do acervo encontra-se vulnerável, devido a grande oscilação climática tanto nas áreas técnicas como expositivas; com o sistema de refrigeração espera-se alcançar melhores condições de guarda e exposição nestas dependências, e assim possibilitar a qualificação da institui-

ção dentro dos padrões museológicos aconselháveis.

	2014	2013
16. Despesas gerais e administrativas		
Salários	158.766	138.089
Prestação de serviços	153.375	89.302
Encargos sociais	67.992	57.055
Transportes	41.507	32.796
Benefícios	29.542	25.942
Férias	22.485	23.548
Décimo terceiro salário	15.102	12.583
Água, Energia, Internet e telefone	14.021	12.202
Autonomos	9.500	-
Aluguel	4.500	125.162
Viagens	3.360	17.882
Outros	64.266	75.348
	<u>584.416</u>	<u>609.909</u>

17. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. *Estimativa do valor justo* - Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. *Instrumentos financeiros "Não derivativos"* - Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, a Associação está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. **18. Avals, fianças e garantias:** A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações com interveniente garantidora durante o exercício de 2014 e 2013. **19. Renúncia fiscal:** Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Associação apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2014 e 2013 caso as obrigações fossem devidas. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas Operacionais) R\$ 352.359 em 2014 e R\$ 365.359 em 2013; Pis/Cofins (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS Fopag apropriado) R\$ 296.702 em 2014 e R\$ 296.274 em 2013; IRPS e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 4.688 em 2014 e R\$ 0,00 em 2013. Ressaltamos que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Rogério Gerlah Pagnatto - Contador - CRC 1SP 131987/O-3

Marta Villares Ribeiro Matta - Diretora

se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apro-

priados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 30 de janeiro de 2015

KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves - Contador CRC 1SP290557/O-2

PROGRAMA DE ACERVO: CONSERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA						
Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	% Sobre Meta Anual
1	Realizar pesquisa de origem e histórico do acervo. (Levantamento dos processos de doações do acervo das décadas de 70 e 80)	Nº de relatórios de pesquisas realizadas	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	5	5	100%
2	Realizar palestra /seminário/ artigo com parceiro	Nº de palestra/ seminário/ artigo realizado com parceiro	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%
3	Submeter projetos com acervo a editais de apoio a conservação, pesquisa e difusão	Nº de projetos submetidos	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%
4	Realizar pesquisas / atividades / projetos, sobre o acervo, visando a ampliação do mesmo.	Nº de pesquisas realizadas	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%
PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL						
Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%
5	Elaborar Política de Acervo Bibliográfico	Proposta de política entregue	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%
6	Realizar 1 exposição temporária dentro do projeto "Casas do Brasil" (vide Descritivo anexo)	Nº de exposições temporárias realizadas	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%
7	Realizar 1 exposição temporária no âmbito do centenário Lina Bo Bardi (vide Descritivo anexo)	Nº de exposições temporárias realizadas	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	1	100%
8	Realizar 1 exposição dos produtos selecionados na edição anual do Prêmio Design Museu da Casa Brasileira (vide Descritivo anexo)	Nº de programas temáticos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	1	100%
9	Realizar programas temáticos: .Semana Nacional de Museus .Virada Cultural .Mês da Consciência Negra (vide Descritivo anexo)	Nº de programas temáticos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	2	2	100%
10	Realizar edição anual do Concurso do Cartaz e do Prêmio Design Museu da Casa Brasileira (vide Descritivo anexo)	Nº de concursos e premiações realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	2	2	100%
11	Realizar eventos de programação especial para férias com ênfase no público familiar	Nº de eventos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	1	100%
12	Realizar eventos de programação para o período de realização da Copa do Mundo no Brasil	Nº de eventos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	4	400%

continua

A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

continuação

10. Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembléia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

	2014	2013
PRONAC 13 4085 Coleção Patrimônio Paulista (Nota 15(b)) Explicativa nº 15 e)	-	131.175
IBRAM - Projeto Controle Climático das Salas do MCB (Nota 15(c))	22.701	-
	<u>22.701</u>	<u>131.175</u>

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 32 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do art. 18, com redação dada pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

	2014	2013
12. Despesas com Pessoal		
Salários	2.106.553	1.896.708
Encargos sociais	857.640	795.100
Benefícios	437.859	388.359
Férias	297.050	304.370
Décimo terceiro salário	187.753	173.974
Outros	23.677	28.271
	<u>3.910.532</u>	<u>3.586.782</u>

	2014	2013
13. Despesas com prestadores de serviços		
Vigilância e segurança	446.405	374.383
Limpeza e higiene	181.293	159.751
Assessoria contábil e jurídica	156.866	123.760
Portaria	47.082	42.972
Informática	28.509	36.557
Outros	91.497	80.090
	<u>951.652</u>	<u>817.513</u>

	2014	2013
14. Programa de exposições e programação Cultural		
Locação de equipamento	192.489	277.303
Trabalho voluntários	184.180	216.980
Equipe de montagem e desmontagem	171.318	287.860
Catálogo de impressão	163.489	35.539
Vigilância	115.933	42.406
Coordenação de produção	101.647	63.792
Produção Geral	97.285	31.500
Autonomos	92.920	139.084
Sonorização	92.290	119.280
Alimentação	83.460	57.027
Transporte	70.462	69.088
Documentação fotográfica	68.254	360.176
Cessão de Imagem	64.380	-
Comunicação visual	59.150	131.987
Projeto cenográfico	54.500	16.097
Documentação em vídeo	48.960	5.800
Coordenação executiva	45.500	45.500
Limpeza	44.917	28.999
Elétrica	28.085	23.430
Tradução/Legenda	26.690	680
Direitos Autorais	22.500	-
Cachê artístico	17.000	52.250
Curadoria	14.000	-
Redação e revisão de texto	11.265	103.234
Seguros	9.942	1.175
Maquete física/virtual	9.350	57.000
Passagens aéreas	4.321	1.471
Projeto gráfico	-	58.500
Projeto de montagem	-	42.380
Encadernação - Coleção Patrimônio Paulista	-	131.175
Outras despesas	362.321	226.797
	<u>2.256.608</u>	<u>2.626.510</u>

15. Despesas operacionais – (atividades culturais): Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.b, os recursos recebidos dos projetos vinculados são empregados na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2014, os recursos empenhados estão apresentados da seguinte forma:

	2014	2013
Contrato de gestão -02/2012 (a)	8.329.226	8.215.405
PRONAC 13 4085 Coleção Patrimônio Paulista (b)	-	131.175
IBRAM - Projeto Controle Climático das Salas do MCB (c)	22.701	-
	<u>8.351.927</u>	<u>8.346.580</u>

Renata Cunha Bueno Mellão - Diretora Presidente

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da **A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros** - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

a) Contrato de Gestão – 02/2012 - Em 2 de maio de 2012, a Associação firmou Contrato de Gestão de nº 02/2012 com o Governo do Estado de São Paulo, pelo período de 55 meses, ou seja, até 30 de novembro de 2016, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, a Associação irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Museu da Casa Brasileira. No mês de janeiro de 2013, foi celebrado o 1º (primeiro) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$500.000. No mês de setembro de 2013, foi celebrado o 2º (segundo) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$680.000. No mês de dezembro de 2013, foi celebrado o 3º (terceiro) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 1.060.000. No mês de setembro de 2014, foi celebrado o 4º (quarto) aditamento ao Contrato de Gestão 02/2012 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 585.000. Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, a Associação receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 34.485.000 que será recebida da seguinte forma:

	2014	2013
Exercícios		
2012 (maio/dez)	4.440.000	
2013	7.430.000	
2014	8.145.000	
2015	7.000.000	
2016	7.470.000	
	<u>34.485.000</u>	

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também mantém as seguintes fontes de recursos: (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias; (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos; (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros: A seguir apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público:

	2014	2013
--	------	------

Receitas do contrato de gestão (créditos do Poder Público)	6.819.901	7.144.591
Eventos e locação de espaço	731.512	453.763
Trabalhos Voluntários	184.180	262.508
Taxas de inscrições para concursos	76.418	77.815
Bilheteria	15.508	19.991
Outras receitas	135.346	64.784
Total	<u>7.962.865</u>	<u>8.023.452</u>

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados. Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2013 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 20 de maio, 01 de setembro e 18 de novembro de 2014, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviado em fevereiro de 2015. Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. **b) Lei Rouanet – PRONAC 134085- Impressão dos volumes III e IV da coleção - Patrimônio Paulista.** O projeto visou a impressão dos volumes III e IV da coleção patrimônio paulista, que reuniu todos os bens tombados pelo condephaat no estado de São Paulo até 2010, ajudando a compreender e preservar as histórias do estado e do país. A impressão dos livros foi o único produto a resultar desta solicitação, sendo que o projeto na íntegra também incluiu pesquisa e apresentação de uma exposição na Associação, e a disponibilização para pesquisadores e uso institucional das fotos que foram sendo feitas dos bens tombados. **c) IBRAM - Projeto Controle Climático das Salas do MCB** - O projeto visa a instalação de um sistema de condicionamento de ar nas duas salas do MCB que apresentam maior risco ao acervo, são elas: a sala de exposições do acervo Crespil-Pardo e a sala que abriga o Centro de Documentação e Pesquisa do Museu da Casa Brasileira. Parte do acervo encontra-se vulnerável, devido a grande oscilação climática tanto nas áreas técnicas como expositivas; com o sistema de refrigeração espera-se alcançar melhores condições de guarda e exposição nestas dependências, e assim possibilitar a qualificação da institui-

ção dentro dos padrões museológicos aconselháveis.

	2014	2013
16. Despesas gerais e administrativas		
Salários	158.766	138.089
Prestação de serviços	153.375	89.302
Encargos sociais	67.992	57.055
Transportes	41.507	32.796
Benefícios	29.542	25.942
Férias	22.485	23.548
Décimo terceiro salário	15.102	12.583
Água, Energia, Internet e telefone	14.021	12.202
Autonomos	9.500	-
Aluguel	4.500	125.162
Viagens	3.360	17.882
Outros	64.266	75.348
	<u>584.416</u>	<u>609.909</u>

17. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. *Estimativa do valor justo* - Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. *Instrumentos financeiros "Não derivativos"* - Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, a Associação está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. **18. Avals, fianças e garantias:** A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações com interveniente garantidora durante o exercício de 2014 e 2013. **19. Renúncia fiscal:** Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Associação apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2014 e 2013 caso as obrigações fossem devidas. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas Operacionais) R\$ 352.359 em 2014 e R\$ 365.359 em 2013; Pis/Cofins (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS Fopag apropriado) R\$ 296.702 em 2014 e R\$ 296.274 em 2013; IRPS e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 4.688 em 2014 e R\$ 0,00 em 2013. Ressaltamos que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Rogério Gerlah Pagnatto - Contador - CRC 1SP 131987/O-3

Marta Villares Ribeiro Matta - Diretora

se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apro-

priados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 30 de janeiro de 2015

KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves - Contador CRC 1SP290557/O-2

PROGRAMA DE ACERVO: CONSERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	% Sobre Meta Anual
1	Realizar pesquisa de origem e histórico do acervo. (Levantamento dos processos de doações do acervo das décadas de 70 e 80)	Nº de relatórios de pesquisas realizadas	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	5	5	100%
2	Realizar palestra /seminário/ artigo com parceiro	Nº de palestra/ seminário/ artigo realizado com parceiro	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%
3	Submeter projetos com acervo a editais de apoio a conservação, pesquisa e difusão	Nº de projetos submetidos	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%
4	Realizar pesquisas / atividades / projetos, sobre o acervo, visando a ampliação do mesmo.	Nº de pesquisas realizadas	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%
5	Elaborar Política de Acervo Bibliográfico	Proposta de política entregue	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%
6	Realizar 1 exposição temporária dentro do projeto "Casas do Brasil" (vide Descritivo anexo)	Nº de exposições temporárias realizadas	1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. ANUAL	1	1	100%

Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%
7	Realizar 1 exposição temporária no âmbito do centenário Lina Bo Bardi (vide Descritivo anexo)	Nº de exposições temporárias realizadas	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	1	100%
8	Realizar 1 exposição dos produtos selecionados na edição anual do Prêmio Design Museu da Casa Brasileira (vide Descritivo anexo)	Nº de programas temáticos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	1	100%
9	Realizar programas temáticos: . Semana Nacional de Museus .Virada Cultural . Mês da Consciência Negra (vide Descritivo anexo)	Nº de programas temáticos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	2	2	100%
10	Realizar edição anual do Concurso do Cartaz e do Prêmio Design Museu da Casa Brasileira (vide Descritivo anexo)	Nº de concursos e premiações realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	1	100%
11	Realizar eventos de programação especial para férias com ênfase no público familiar	Nº de eventos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	1	100%
12	Realizar eventos de programação para o período de realização da Copa do Mundo no Brasil	Nº de eventos realizados	1º Trim 2º Trim 3º Trim 4º Trim ANUAL	1	4	400%

continua

